



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## VOTO DE CONDENAÇÃO N.º 206/XIII/2.ª

### PELAS RECENTES DECLARAÇÕES E DELIBERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP

A 20 de janeiro de 2017 Donald Trump foi empossado 45º Presidente dos Estados Unidos da América.

No seu primeiro discurso no cargo, Trump deixou bem claro que o ideário e a retórica inflamada com que preencheu a campanha eleitoral iriam ser a base do seu mandato e não apenas um desvio de ocasião para, por via do ódio, mobilizar parte da sociedade e do eleitorado norte-americanos.

Nos primeiros dias do mandato, Trump mostrou como a sua administração vê o mundo e como quer ser visto por ele. Assinou um decreto que proíbe a entrada nos Estados Unidos da América de todos os refugiados durante um período de pelo menos 120 dias, de refugiados sírios por tempo indeterminado e de cidadãos do Irão, Iraque, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iémen por 90 dias, antecipando mais restrições à imigração, mesmo legal.

Pôs em execução uma das suas principais ameaças de campanha: a construção de um muro ao longo dos 3200 quilómetros da fronteira com o México. Tornou público que a sua administração está a trabalhar no regresso dos black sites, as prisões secretas da CIA em vários países onde, durante o mandato de George W. Bush, alegados suspeitos de terrorismo capturados no Iraque e noutros países eram interrogados e sujeitos a tortura.

Cortou o financiamento público a ONG internacionais que apoiam mulheres no acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez, mandou bombardear o Iémen, ordenou a construção de oleodutos em zonas ambientalmente sensíveis e reincidiu na negação das alterações climáticas.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alimentada em todo o mundo, a expectativa de que, findo o período eleitoral, Donald Trump seria afinal apenas mais um presidente de perfil liberal-conservador, provou-se errada.

As consequências das políticas interna e externa da administração Trump dizem respeito à cidadania global e não recomendam a passividade de ninguém, indivíduos e instituições.

Assim, a Assembleia da República reunida em sessão plenária, reafirma o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, da igualdade de género, da resolução pacífica dos conflitos, da liberdade de imprensa, da liberdade religiosa, do respeito pela Convenção de Genebra e pelos Acordos de Paris sobre alterações climáticas, bem como o seu empenho no combate à xenofobia, ao racismo e ao sexismo, condenando as declarações e deliberações da administração Trump contrárias a estes princípios.

Assembleia da República, 1 de fevereiro de 2017.

As Deputadas e os Deputados,